

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL –
CAPADR**

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Da Sra. ALINE SLEUTJES)

Requer a realização de Audiência Pública para debater acerca das medidas adotadas pelo para mitigar os efeitos da estiagem na região centro sul em relação aos médios e grandes produtores.

Prezados Senhores,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública, nesta Comissão Permanente, para discutir acerca das medidas adotadas pelo para mitigar os efeitos da estiagem na região centro sul em relação aos médios e grandes produtores.

Para tanto, sugiro que sejam convidados:

1. Representando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Secretário de Política Agrícola – Guilherme Bastos
2. Representando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Diretor do Departamento de Política de Financiamento ao Setor Agropecuário, Wilson Vaz Araújo
3. Representando o Ministério da Economia; Secretário-Executivo do Ministério da Economia (ME), Marcelo Guarany
4. Representando o Ministério da Economia; Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais no Ministério da Economia
5. Representante da Casa Civil;
6. Representante Secretaria de Governo



JUSTIFICAÇÃO

Diante da grave seca enfrentada, o governo federal abriu um crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão para a concessão de descontos em operações contratadas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A operação foi viabilizada pela Medida Provisória nº 1.111, publicada no dia 30 de março, para minimizar os prejuízos causados pela estiagem nos estados do Sul e no Mato Grosso do Sul.

Os recursos estão atendendo produtores de municípios que decretaram emergência ou estado de calamidade nos quatro estados. O dinheiro, contudo está sendo aplicado no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) apenas.

Além disso, outra medida foi tomada para mitigar os efeitos da estiagem, a concessão de descontos de até 58,5% nas parcelas de financiamentos contratados pelos agricultores no âmbito do Pronaf, com vencimento entre 1º de janeiro e 30 de junho. A condição é que eles não sejam cobertos pelo Proagro ou pelo Seguro Rural. Ainda segundo o Ministério da Economia, o crédito extraordinário não fica sujeito ao teto de gastos.

Ainda, recentemente aprovamos no Congresso Nacional o PLN 01/2022 que prevê recomposição de R\$ 868,49 milhões para atender programas do Ministério da Agricultura, como Pronaf, e operações de custeio agropecuário, de comercialização de produtos agropecuários e de investimento rural e agroindustrial voltadas ao atendimento do Plano Safra 2021/2022.

Veja que os produtores que não se encaixam no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ainda estão aguardando alguma medida do governo federal que possa atendê-los, visto que até o momento não foram beneficiados. Os níveis de chuva na safra 2021/2022 ficaram abaixo da média histórica e como resultado, houve perdas nas safras, e os agricultores sofreram impacto na renda e comprometimento de sua capacidade de pagamento. Alguns produtores vêm da terceira safra perdida por dificuldades com a seca e ainda aguardam um posicionamento do governo para solucionar suas dificuldades.

Diante do exposto, conto com os nobres parlamentares para aprovar o requerimento de Audiência Pública com finalidade para discutir acerca das medidas adotadas pelo para mitigar os efeitos da estiagem na região centro sul em relação aos médios e grandes produtores.

Deputada ALINE SLEUTJES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221957210200>



(PROS / PR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221957210200>

